



# **CAIXA DISPONÍVEL**

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

## **RELATÓRIO E CONTAS**

30 de junho de 2021



**Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.**

Sede Social: Av. João XXI, 63 - 1000-300 Lisboa - Capital Social € 9.300.000 - CRL de Lisboa e contribuinte 502 454 563



## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No primeiro semestre de 2021, estima-se que a atividade económica mundial prolongou a trajetória de recuperação, suportada pelo progresso na vacinação contra a COVID-19 e pelo apoio da política fiscal principalmente nos EUA, embora tenham prevalecido divergências significativas entre países e setores. Neste enquadramento, o Fundo Monetário Internacional reviu em alta o crescimento do PIB real global perspetivado para 2021, de 5,5% no relatório de janeiro para 6,0% no de abril, após a contração de 3,3% registada em 2020. A instituição considerou que a referida retoma é transversal tanto ao bloco desenvolvido (+5,1%) como ao emergente (+6,7%), sendo que a robustez deverá ser desigual entre os países, dependendo da severidade da pandemia, do acesso às vacinas e da continuidade do apoio das políticas macroeconómicas. No que concerne à evolução de preços, a conjugação de efeitos de base (comparação com os baixos registos no período homólogo), a valorização das matérias-primas, a reabertura da atividade económica e as disrupções na oferta fomentaram a subida da inflação no período.

Nos EUA, a recuperação da atividade económica destacou-se face aos principais parceiros comerciais, com um crescimento em cadeia no primeiro trimestre do ano de 1,6%, segundo os dados do Bureau of Economic Analysis. Este comportamento adveio, em particular, da robustez do consumo privado alicerçada no significativo suporte fiscal que impulsionou o rendimento disponível das famílias e no considerável progresso na vacinação contra a COVID-19. No segundo trimestre, o PIB real deverá evidenciar um crescimento superior, em resultado do efeito do pacote fiscal, conhecido como The American Rescue Plan Act of 2021, no valor de 1,9 biliões de dólares, aprovado em março. A taxa de desemprego apresentou uma trajetória descendente, tendo descido de 6,7% em dezembro de 2020 para 5,9% em junho de 2021, de acordo com o Bureau of Labor Statistics. Já a inflação denotou uma forte aceleração, advinda, designadamente, de efeitos de base, do impulso da recuperação da procura e de estrangimentos da oferta. De facto, o índice de preços PCE (a métrica de referência da Reserva Federal Americana - Fed - para a inflação) subiu de 1,2% em dezembro de 2020, em termos homólogos, para 3,9% em maio de 2021, o que representa o registo mais elevado desde agosto de 2008. A autoridade monetária caracterizou este movimento como largamente transitório, sem alterações significativas à política monetária, mantendo, desta forma, a taxa diretora no intervalo [0,00%-0,25%] e o ritmo mensal do programa de compra de ativos em 120 mil milhões de dólares. Contudo, anunciou, em junho, que o debate para a redução gradual do programa de compras irá iniciar-se nas próximas reuniões.

Por seu turno, o PIB real da Área Euro evidenciou uma contração em cadeia de 0,3%, no primeiro trimestre de 2021, segundo os dados do Eurostat. Este comportamento resultou da queda do consumo privado, em resultado das medidas de contenção da COVID-19. Nas maiores economias da região, o PIB real da Alemanha contraiu em cadeia 1,8%, de França 0,1% e de Espanha 0,5%, enquanto o de Itália cresceu 0,1%. No mesmo período, a economia portuguesa apresentou uma variação de -3,3%. Todavia, os dados qualitativos e os avanços nos planos de vacinação (e conseqüente redução das medidas de contenção da COVID-19) indicam que a atividade económica da região deverá ter iniciado uma trajetória de recuperação no segundo trimestre. A taxa de desemprego da Área Euro registou uma diminuição de 8,2% em dezembro de 2020 para 7,9% em maio, com descidas na Alemanha, de 4,0% para 3,7%, em França, de 7,8% para 7,5%, e em Espanha, de 16,2% para 15,3%, e com subidas em Itália, de 9,9% para 10,5% e em Portugal, de 6,9% para 7,2%. A inflação denotou um incremento, ao ter passado de uma variação homóloga de -0,3% em dezembro para 1,9% em junho, de acordo com o Eurostat. Porém, em semelhança com os EUA, este incremento resultou também de um conjunto de fatores temporários, nomeadamente do fim da redução temporária do IVA na Alemanha, da atualização dos ponderadores do cabaz de bens e serviços, do aumento dos preços de energia, da reabertura económica e das disrupções na oferta. Perante este enquadramento, o Banco Central Europeu - BCE - anunciou, em março, o aumento do ritmo de compra de ativos ao abrigo do Programa de Compras de Emergência na Pandemia (vulgarmente conhecido pela sigla anglo-saxónica PEPP - Pandemic Emergency Purchase Programme) no decurso do segundo e terceiro trimestres de 2021, de forma a preservar as conduções de financiamento em níveis favoráveis. Salientou-se, ainda, a submissão à Comissão Europeia dos Planos de Recuperação e Resiliência pelos Estados-membros.



Por fim, a China registou no primeiro trimestre deste ano um crescimento em cadeia de 0,6% do PIB real, de acordo com o National Bureau of Statistics. Os dados de consumo, de produção industrial e de investimento de abril e de maio apontam para a continuidade da resiliência da atividade económica no segundo trimestre do ano corrente. A inflação subiu de 0,2% em dezembro de 2020, variação homóloga, para 1,1% em junho de 2021, mantendo-se abaixo do objetivo do banco central de 3,0%.

## MERCADOS FINANCEIROS

Na atual conjuntura de retoma económica, no primeiro semestre de 2021, os mercados financeiros mantiveram o padrão cíclico, evidenciado desde finais de março de 2020. Neste âmbito, as classes de ativos de maior risco apresentaram performances positivas, com alguns mercados a atingirem máximos históricos ou de vários anos, o que contrastou com as negativas dos ativos considerados de refúgio. Para estes desempenhos contribuíram a recuperação económica global, possibilitada pela diminuição gradual das medidas de confinamento, decretadas para conter a pandemia COVID-19, e o impulso na procura agregada dos programas de estímulo fiscal, ao gerarem um ambiente favorável para um maior otimismo dos consumidores, dos empresários e dos investidores.

No mercado Monetário, as taxas de prazos mais curtos dos EUA evidenciaram quedas ligeiras, o que comparou com a estabilidade das da Área Euro. No mercado em dólares, o indexante Libor variou -9p.b., para 0,15%, no prazo de 3 meses, -10p.b., para 0,16%, no de 6 meses e -10p.b., para 0,25%, no de 12 meses. Já a Euribor manteve-se a -0,54%, na maturidade de 3 meses, aumentou de 1p.b., para -0,52%, na de 6 meses, e 2p.b., para -0,48%, na de 12 meses.

No que respeita às Obrigações de Dívida Pública, os mercados foram penalizados pela subida das taxas de juro, em especial de maturidades mais longas, tendo-se observado desempenhos negativos, de cerca de 3%, tanto nos EUA como no agregado da Área Euro. O aumento das yields foi indissociável do contexto de reabertura da atividade e do reforço das políticas fiscais de apoio à economia. Nos EUA, com a recuperação mais célere que em outras regiões e com a predisposição da administração americana para impulsionar de forma substancial a economia, a yield no prazo dos 10 anos atingiu um máximo de 1,74%, o que compara com o mínimo de 0,50% registado no auge do choque económico gerado pela pandemia na primeira metade de 2020, tendo-se verificado desde o início do ano uma variação de +55p.b., para 1,47% no final de junho. Em comparação a yield no prazo dos 2 anos subiu apenas 2p.b.. Na Área Euro, perante as perspetivas de recuperação económica, para a qual contribuirá o Plano de Recuperação e Resiliência Europeu, a taxa de juro nominal germânica a 10 anos apresentou uma variação positiva, de +32p.b., para -0,21%, face ao aumento mais modesto observado na maturidade dos 2 anos, de 6p.b.. Para além do aumento das yields das obrigações do tesouro da Alemanha, o desempenho do mercado de dívida pública da Área Euro foi condicionado pelo ligeiro alargamento dos prémios de risco de alguns Estados-membros.

As performances dos vários segmentos de Obrigações de Dívida Privada - Crédito foram divergentes, com os de *high yield* (grau especulativo) em ambas as moedas a evidenciarem-se pela positiva, em virtude do forte estreitamento de *spreads*, que compensou a subida de taxas de juro. Por seu turno, os segmentos de *investment grade* (grau de investimento), tanto em euros como em dólares, registaram perdas, com a redução de *spreads* a ser insuficiente para reverter o impacto negativo da subida das yields sem risco. Estas dinâmicas ocorreram num contexto de condições financeiras favoráveis, suportadas pelas políticas monetária em vigor, em especial pelos programas de compra de ativos implementados pela Fed e pelo BCE, e de taxas de incumprimento em níveis historicamente baixos.

A classe de Ações apresentou valorizações, sendo superiores em mercados de países desenvolvidos face aos de emergentes, em especial os dos EUA e da Área Euro. Para estes desempenhos foram relevantes a forte revisão em alta dos lucros esperados a nível global, decorrente da recuperação na atividade económica, a aprovação em março nos EUA de um novo pacote de apoio à economia, no valor de 1,9 biliões de dólares, e os avanços no programa de infraestruturas. Neste último programa, com um valor global de investimento ao longo de 8 anos superior a 1 bilião de dólares, salienta-se o acordo firmado em



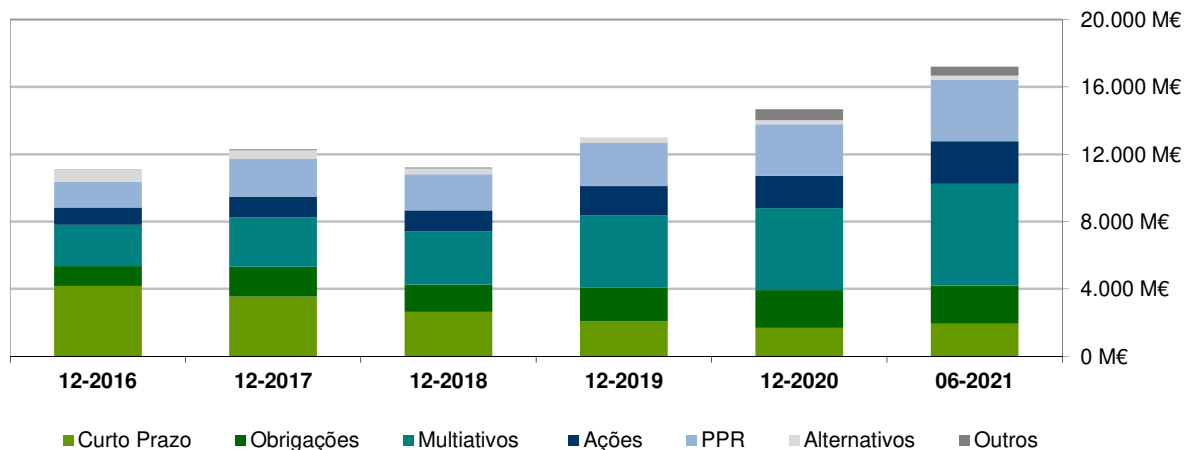
junho, entre os senadores democratas e republicanos, que poderá representar uma base de entendimento importante para a sua aprovação no curto prazo. Paralelamente, assistiu-se à melhoria das relações comerciais e diplomáticas entre a União Europeia e os EUA, com reflexo nas suspensões das tarifas alfandegárias impostas na sequência das disputas sobre os subsídios à Airbus e à Boeing e do aumento programado das taxas às importações de aço e alumínio pelos EUA. A performance mais modesta do agregado de emergentes, refletiu a deterioração da situação pandémica em vários países da América Latina e da Ásia, tais como a Índia e o Brasil, e a manutenção das tensões diplomáticas sino-americanas.

Em relação ao Mercado Cambial, face ao euro, o dólar americano, a libra e o dólar canadiano apreciaram, o que comparou com a desvalorização do iene e do franco suíço. A moeda americana foi favorecida pelas expectativas de recuperação mais célere da economia dos EUA comparativamente ao bloco europeu. Esteve ainda em evidência a moeda britânica, cuja apreciação foi suportada pelo anúncio por parte do Banco Central de Inglaterra que irá reduzir o ritmo de compras de ativos.

## MERCADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO

Em 30 de junho de 2021, o valor dos ativos geridos pelos fundos mobiliários portugueses ascendeu a 17.202,3 milhões de euros, o que reflete um aumento de 17% nos montantes sob gestão, desde o início do ano.

Os Fundos Multiativos constituem o principal segmento de mercado, representando 35,1% dos fundos geridos e registaram um acréscimo de 24% no decorrer do semestre. O segundo lugar, com uma quota de 21,2%, é representado pelo segmento dos fundos PPR e registou um acréscimo de montante na ordem dos 18%. Seguido dos Fundos de Ações e de Obrigações, com uma quota de 14,8% e de 13,1%, respetivamente.



No final de junho, as quatro maiores gestoras portuguesas de fundos mobiliários concentravam 90,5% dos ativos sob gestão. A sociedade gestora com maior volume de ativos sob gestão é a Caixa Gestão de Ativos com 5.739 milhões de euros, traduzindo-se numa quota de mercado de 33,3%. Seguem-se a IM Gestão de Ativos, com 3.705 milhões de euros e uma quota de 21,5%, e a BPI Gestão de Ativos com 3.113 milhões de euros, correspondendo a uma quota de 18,1%.

Fonte: APFIPP: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios - Valores a junho 2021. Na categoria *Outros Fundos* está considerado o Caixa Disponível, Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (528M€), que em 2019 estava classificado como Fundos de Curto Prazo Euro.



## ATIVIDADE DO FUNDO

### Caracterização

OCAIXA DISPONÍVEL - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (adiante designado por Fundo) iniciou a sua atividade em 19 de fevereiro de 2010 e é comercializado na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Best.

O Fundo tem como objetivo principal, proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira constituída por ativos denominados em divisa euro, cuja rendibilidade e estabilidade dependem da evolução das taxas de juro de curto prazo, bem como da evolução da qualidade de crédito dos emitentes em carteira.

O Fundo investe nos mercados indicados na sua política de investimentos e o seu património é constituído por instrumentos do mercado monetário de elevada liquidez, nomeadamente, papel comercial, bilhetes do tesouro, certificados de depósito e outros instrumentos representativos de dívida de curto prazo e depósitos bancários denominados em divisa euro de qualidade elevada.

A adesão em junho de 2019 aos Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas (PRI), o mais relevante compromisso da comunidade de investidores institucionais a nível global para o reconhecimento do papel do investimento responsável na prossecução dos princípios universais nas áreas dos direitos humanos, meio ambiente e combate à corrupção, representou um passo relevante na afirmação da estratégia de Sustentabilidade da Caixa Gestão de Ativos, reforçando a importância estratégica que a incorporação de fatores ESG ("Environmental, Social and Governance") assume no processo de investimento dos fundos sob gestão.

A incorporação desta temática na estratégia de investimentos da Caixa Gestão de Ativos está enquadrada na Política de Investimento Socialmente Responsável, Política de Envolvimento e da Política de Exercício dos Direitos de Voto, que estão disponíveis no sítio da internet da Caixa Gestão de Ativos ([www.caixagestaodeativos.pt](http://www.caixagestaodeativos.pt)). É entendimento da Caixa Gestão de Ativos que a concretização do definido nas citadas Políticas permite cumprir o desígnio estratégico de constituir-se como um exemplo na realização de Investimentos Socialmente Responsáveis, centrando a sua atuação nas dimensões principais, integração e envolvimento.

### Estratégia de investimento

No primeiro semestre de 2021, o Fundo teve uma rendibilidade positiva na sequência do ligeiro estreitamento de spreads de crédito ocorrido, bem como do rendimento de juros associados às posições detidas pelo Fundo.

Face ao ano anterior, a estratégia do Fundo foi mantida, tendo sido privilegiada a exposição ao mercado obrigacionista em detrimento da componente de mercado monetário. No início do ano, a exposição à componente de obrigações era de cerca de 84% e foi incrementada, tendo atingido 86% no final do semestre. Os setores mais reforçados foram os setores de Consumo Cíclico e Consumo Não-Cíclico. A reduzida atratividade do investimento em depósitos à ordem, cada vez mais caracterizados por rendibilidades negativas, levaram a gestão a procurar alternativas, quer no mercado de crédito com potencial mais atrativo numa ótica de risco/retorno, quer em títulos de papel comercial. No final do semestre foram ainda constituídos alguns depósitos a prazo de forma a reduzir os depósitos à ordem do fundo que são alvo de cobrança de comissões.

A rendibilidade do Fundo teve contributos positivos por parte da generalidade dos setores da componente de obrigações, em que se destacaram o setor Financeiro e o de Consumo Cíclico. Os setores com melhor rendibilidade total foram o de Tecnologia e o de Consumo Cíclico.

A manutenção das medidas de suporte à economia e, em especial, o programa de compra de ativos por parte dos bancos centrais deverão continuar a ser um fator fundamental no suporte dado à componente de obrigações. Será, no entanto, expectável a ocorrência de períodos de alguma volatilidade associada à evolução dos dados económicos neste período de retoma, bem como ao progresso do programa de



vacinação no mundo e aparecimento de novas estirpes mais nocivas. A gestão deverá continuar a explorar oportunidades na classe de crédito, sendo de esperar que a exposição a esta componente permaneça estável, tendo sempre presente a diversificação da carteira e acompanhando de muito perto a atuação dos principais bancos centrais.

### Medidas tomadas no âmbito da pandemia Covid-19

Na sequência do surto pandémico Covid-19, o Conselho de Administração da sociedade gestora do Fundo tomou medidas de minimização dos riscos resultantes do desenvolvimento da pandemia e ativou o plano de contingência, passando a atividade a ser desenvolvida no edifício sede e em regime de teletrabalho.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica internacional e os seus efeitos nos mercados mobiliários, considerando que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

### Avaliação do desempenho

Em 30 de junho de 2021, o valor líquido global do Fundo ascendia a 528.594.609 euros, repartidos por 99.233.164,7832 unidades de participação, detidas por 29.505 participantes. Nos últimos doze meses, o fundo obteve uma rentabilidade de 0,59%.

### Demonstração do património a 30 de junho de 2021

*Valores em euros*

Valores Mobiliários	501.988.733
Saldos Bancários	24.844.731
Outros Ativos	2.123.762
<b>Total dos Ativos</b>	<b>528.957.226</b>
Passivo	362.617
<b>Valor Líquido de Inventário</b>	<b>528.594.609</b>

### Caracterização dos Valores Mobiliários

*Valores em euros*

Cotados em Bolsa portuguesa	2.558.150
Cotados em Bolsa europeia	423.290.568
Cotados em Bolsa não europeia	26.460.552
Negociados noutra mercado	1.315.271
Papel Comercial	48.364.192
Unidades de participação	0
Não cotados	0

**Composição da carteira****Dados Históricos**

Valores em euros

Ano	Valor Líquido	Número de UPs	Valor UP	Rendibilidade	Classe de Risco
2012	164.320.844,95	31.492.109,8379	5,2178	1,69%	1
2013	778.633.048,09	147.570.090,4810	5,2764	1,12%	1
2014	1.197.678.326,76	225.506.402,5078	5,3111	0,66%	1
2015	1.591.089.114,36	299.025.175,4799	5,3209	0,19%	1
2016	1.110.160.868,72	208.501.085,6735	5,3245	0,07%	1
2017	1.682.854.185,12	247.071.470,3710	5,4677	0,32%	1
2018	1.255.059.270,79	236.471.815,8129	5,3074	-0,64%	1
2019	905.195.366,56	170.185.872,0286	5,3189	0,22%	1
2020	629.221.826,30	142.487.348,8853	5,2960	0,11%	2
2021 (*)	528.594.609,00	99.233.164,7832	5,3268	0,59%	2

(\*) – valores relativos ao primeiro semestre de 2021. A rendibilidade e o Risco referem-se aos últimos os 12 meses.

Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

As rendibilidades divulgadas representam dados passados e não garantem rendibilidades futuras. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função da classe de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

Valores em euros

	2018	2019	2020	2021 (*)
Proveitos e Ganhos	26.263.526	18.699.934	26.160.967	4.652.001
Custos e Perdas	35.971.673	16.076.533	26.094.009	4.465.682
<b>Resultado Líquido</b>	-9.708.147	2.623.400	66.958	186.319



<b>Impostos, Comissões e Taxas</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021 (*)</b>
- Impostos	779.972	658.310	459.250	156.071
- Comissão de Gestão	434.749	n.a.		
- Comissão de Gestão Variável	n.a.	2.945.100	2.015.921	286.640
- Outras Comissões e Taxas	68.152	19.518	156.153	112.517
- Comissão de Depósito	394.083	267.736	188.846	71.312
- Comissões e Taxas indiretas	0	0	0	0
- Taxa de Supervisão	150.000	145.648	106.864	40.824
- Custos de Auditoria	4.920	4.920	4.920	2.460
- Custos de Transação	0	0	0	0

<b>Custos suportados pelos participantes</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021 (*)</b>
- Comissões de Subscrição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Comissões de Resgate	0	0	0	0

(\*) – valores relativos ao primeiro semestre de 2021

n.a. – não aplicável

Lisboa, 23 de agosto de 2021





CAIXA DISPONÍVEL

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



CAIXA DISPONÍVEL

## BALANÇOS

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO					
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021			30-06-2020	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020	
			Bruto	Mv	mw/P	Líquido				Líquido		
<b>CARTEIRA DE TÍTULOS</b>							<b>CAPITAL DO OIC</b>					
21	Obrigações	3	452.298.920	2.839.986	1.514.365	453.624.541	514.729.038	61	Unidades de Participação	1	496.165.824	712.436.744
22	Ações		-	-	-	-	-	62	Variações Patrimoniais	1	18.054.711	32.022.131
23	Outros Títulos de Capital		-	-	-	-	-	64	Resultados Transitados	1	14.187.755	14.120.797
24	Unidades de Participação		-	-	-	-	-	65	Resultados Distribuídos		-	-
25	Direitos		-	-	-	-	-	67	Dividendos Antecipados das SIM		-	-
26	Outros Instrumentos de Dívida	3	48.364.192	-	-	48.364.192	39.796.389	66	Resultados Líquidos do Exercício	1	186.319	-3.961.211
	<b>TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS</b>		<b>500.663.112</b>	<b>2.839.986</b>	<b>1.514.365</b>	<b>501.988.733</b>	<b>554.525.427</b>		<b>TOTAL DO CAPITAL DO OIC</b>		<b>528.594.609</b>	<b>754.618.461</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>							<b>PROVISÕES ACUMULADAS</b>					
31	Outros Ativos da Carteira		-	-	-	-	-	48	Provisões para Encargos		-	-
	<b>TOTAL DE OUTROS ATIVOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>TOTAL PROVISÕES ACUMULADAS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TERCEIROS</b>							<b>TERCEIROS</b>					
411+...418	Contas de Devedores	17	899.398	-	-	899.398	836.992	421	Resgates a Pagar a Participantes		-	-
	<b>TOTAL DOS VALORES A RECEBER</b>		<b>899.398</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>899.398</b>	<b>836.992</b>	422	Rendimentos a Pagar a Participantes		-	-
<b>DISPONIBILIDADES</b>							<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
11	Caixa		-	-	-	-	-	55	Acréscimos de Custos		-	-
12	Depósitos à Ordem	3	22.344.731	-	-	22.344.731	111.238.655	56	Receitas com Proveito Diferido		-	-
13	Depósitos a Prazo e com pré-aviso	3	2.500.000	-	-	2.500.000	87.001.000	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	12.450	-
14	Certificados de Depósito		-	-	-	-	-	59	Contas Transitórias Passivas		-	-
18	Outros Meios Monetários		-	-	-	-	-		<b>TOTAL DOS VALORES A PAGAR</b>		<b>350.167</b>	<b>151.162</b>
	<b>TOTAL DAS DISPONIBILIDADES</b>		<b>24.844.731</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.844.731</b>	<b>198.239.655</b>		<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		<b>12.450</b>	<b>-</b>
51	Acréscimos de Proveitos	17	1.224.364	-	-	1.224.364	1.151.629		<b>TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. PASSIVOS</b>		<b>12.450</b>	<b>-</b>
52	Despesas com Custo Diferido		-	-	-	-	-		<b>TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO</b>		<b>528.957.226</b>	<b>754.769.623</b>
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	-	-	-	-	15.920		<b>Valor Unitário da Unidade de Participação</b>	1	<b>5,3268</b>	<b>5,2960</b>
59	Contas Transitórias Ativas		-	-	-	-	-					
	<b>TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. ATIVOS</b>		<b>1.224.364</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.224.364</b>	<b>1.167.549</b>					
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>527.631.605</b>	<b>2.839.986</b>	<b>1.514.365</b>	<b>528.957.226</b>	<b>754.769.623</b>					
	<b>Total do Nº de Unidades de Participação</b>	1				<b>99.233.165</b>	<b>142.487.349</b>					

**CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS**

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

*(Montantes expressos em Euros)*

DIREITOS SOBRE TERCEIROS					RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020
<b>OPERAÇÕES CAMBIAIS</b>					<b>OPERAÇÕES CAMBIAIS</b>				
911	À vista		-	-	911	À vista		-	-
912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-	912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-
913	Swaps cambiais		-	-	913	Swaps cambiais		-	-
914	Opções		-	-	914	Opções		-	-
915	Futuros		-	-	915	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
<b>OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO</b>					<b>OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO</b>				
921	Contratos a prazo (FRA)		-	-	921	Contratos a prazo (FRA)		-	-
922	Swap de taxa de juro		-	-	922	Swap de taxa de juro		-	-
923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-	923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-
924	Opções		-	-	924	Opções		-	-
925	Futuros		-	-	925	Futuros	12	11.133.620	26.843.110
	TOTAL		-	-		TOTAL		11.133.620	26.843.110
<b>OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES</b>					<b>OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES</b>				
934	Opções		-	-	934	Opções		-	-
935	Futuros		-	-	935	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
<b>COMPROMISSOS DE TERCEIROS</b>					<b>COMPROMISSOS COM TERCEIROS</b>				
942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-	941	Subscrição de títulos		-	-
944	Valores recebidos em garantia		-	-	942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-
945	Empréstimo de títulos		-	-	943	Valores cedidos em garantia		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
	<b>TOTAL DOS DIREITOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>		<b>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</b>		<b>11.133.620</b>	<b>26.843.110</b>
99	Contas de Contrapartida		<b>11.133.620</b>	<b>26.843.110</b>	99	Contas de Contrapartida		-	-



CAIXA DISPONÍVEL

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020
<b>CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>					<b>PROVEITOS E GANHOS CORRENTES</b>				
<b>JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS</b>					<b>JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS</b>				
712+713	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		149.353	669.083	812 + 813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		1.804.143	2.169.140
711+714+717+718	De Operações Correntes		-	-	811+814+817+818	De Operações Correntes		-	6.681
719	De Operações Extrapatrimoniais		3.535	3.780	819	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
<b>COMISSÕES E TAXAS</b>					<b>RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</b>				
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-		Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-
724+...+728	Outras, em Operações Correntes		511.293	168.805	822+...+824/5	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
729	De Operações Extrapatrimoniais		457	717	829	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
<b>PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>					<b>GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>				
732 +733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		2.830.700	15.215.219		Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		1.937.736	10.515.009
731+...+738	Outras, em Operações Correntes		-	-	832 + 833	Outras Operações Correntes		-	-
739	Em Operações Extrapatrimoniais		797.780	2.691.090	831+838	Em Operações Extrapatrimoniais		899.931	2.295.060
<b>IMPOSTOS</b>					<b>REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES</b>				
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		-	-		Para Riscos e Encargos		-	-
742 +7422	Impostos Indiretos	9	156.071	202.912	851			-	-
748 +7428	Outros Impostos		-	-				-	-
<b>PROVISÕES DO EXERCÍCIO</b>					<b>OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES</b>				
75	Provisões para Encargos		-	-	87			-	2
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		16.493	12.360				-	-
	<b>TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)</b>		<b>4.465.682</b>	<b>18.963.966</b>		<b>TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)</b>		<b>4.641.810</b>	<b>14.985.892</b>
<b>CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS</b>					<b>PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS</b>				
781	Valores Incobráveis		-	-	881	Recuperação de Incobráveis		-	-
782	Perdas Extraordinárias		-	-	882	Ganhos Extraordinários		-	-
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	-	883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		10.191	16.863
788	Outros Custos e Perdas Eventuais		-	-	888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		-	-
	<b>TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (E)</b>		<b>-</b>	<b>-</b>		<b>TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (F)</b>		<b>10.191</b>	<b>16.863</b>
66	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se=0)</b>		<b>186.319</b>	<b>-</b>	66	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se=0)</b>		<b>-</b>	<b>3.961.211</b>
	<b>TOTAL</b>		<b>4.652.001</b>	<b>18.963.966</b>		<b>TOTAL</b>		<b>4.652.001</b>	<b>18.963.966</b>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos E Outros Ativos		761.826	-3.200.153	F-E	Resultados Eventuais		10.191	16.863
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		98.159	-400.527	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos		186.319	-3.961.211
B-A	Resultados Correntes		176.128	-3.978.074	B+D+F-A-C-E+63	Resultado Líquido do Período		186.319	-3.961.211

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

*(Montantes expressos em Euros)*

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Subscrição de unidades de participação		18.751.936	13.295.938
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Resgates de unidades de participação		119.565.471	159.911.633
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		<u>-100.813.536</u>	<u>-146.615.695</u>
<b>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</b>			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Venda de títulos e outros ativos da carteira		195.901.141	219.709.953
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		48.625.371	16.914.485
Juros e proveitos similares recebidos		2.474.020	1.862.290
Outros recebimentos relacionados com a carteira		-	2
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Compra de títulos e outros ativos		190.294.668	337.481.461
Juros e custos similares pagos		149.353	669.083
Outras taxas e comissões		109.398	2.918
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		<u>56.447.114</u>	<u>-99.666.732</u>
<b>OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE</b>			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Juros de depósitos bancários		-	55.895
Vencimento de depósitos a prazo e com pré-aviso		-	278.000.000
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Comissão de gestão		2.072.881	2.949.463
Comissão de depósito		73.995	104.409
Constituição de depósitos a prazo e com pré-aviso		2.500.000	8.001.000
Imposto e taxas		296.736	406.691
Auditoria		2.460	2.460
Custos de Research		8.391	9.482
Fluxo das operações de gestão corrente		<u>-4.954.463</u>	<u>266.582.390</u>
<b>Saldo dos fluxos de caixa do período (A)</b>		<b>-49.320.885</b>	<b>20.299.963</b>
<b>Efeito das Diferenças de Câmbio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Disponibilidades no início do período (B)</b>	3	<b>71.665.616</b>	<b>90.938.692</b>
<b>Disponibilidades no fim do período (C) = (B) + (A)</b>	3	<b>22.344.731</b>	<b>111.238.655</b>



## **DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020**

*(montantes expressos em Euros)*

### INTRODUÇÃO

O CAIXA DISPONÍVEL - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (adiante designado por “Fundo”) foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 4 de fevereiro de 2010, tendo iniciado a sua atividade em 19 de fevereiro de 2010, com duração indeterminada.

A 16 de janeiro de 2017 o Fundo incorporou o Caixa Fundo Monetário – Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Mercado Monetário, tendo nessa data alterado a sua política de investimento.

A 27 de abril de 2019 o Fundo alterou a sua política de investimento, tendo alterado a sua designação para Caixa Disponível – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

O objetivo principal do Fundo é proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira constituída por ativos denominados em divisa euro, cuja rentabilidade e estabilidade dependam da evolução das taxas de juro de mercado, bem como da evolução da qualidade de crédito dos emitentes em carteira, com maturidades diferenciadas, permitindo dessa forma o não enquadramento enquanto Fundo de Mercado Monetário, de acordo com o disposto no Regulamento (UE) 2017/1131.

O Fundo investe em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários, sendo no mínimo 20% do seu VLGF constituído por valores mobiliários com prazos de vencimento residual superior a 24 meses. Cumulativamente, os ativos que compõem a carteira do Fundo deverão observar uma Maturidade Média Ponderada superior a 6 meses e uma Duração Média Ponderada superior a 12 meses, conforme melhor detalhado no Prospeto do Fundo.

O Fundo pode investir em instrumentos financeiros representativos de dívida com taxa variável ou com taxa fixa, e em títulos de dívida sénior, tais como, obrigações de dívida pública de países pertencentes à UE ou à OCDE, obrigações de dívida pública de países considerados emergentes, obrigações diversas emitidas por entidades privadas, em obrigações hipotecárias, títulos de dívida objeto de securitização, valores mobiliários condicionados por eventos de crédito, e outros instrumentos representativos de dívida de curto prazo emitidas por entidades públicas ou privadas. O Fundo não pode investir mais de 50% do VLGF em instrumentos do mercado monetário sem rating da emissão ou do emitente. No caso do ativo possuir uma garantia prestada por terceiros será elegível para o rácio somente no caso do garante não possuir rating.

O Fundo não investe o seu património em ações ou mercadorias, obrigações convertíveis ou obrigações que confirmam o direito de subscrição de ações ou de aquisição a outro título de ações, títulos de participação, títulos de dívida subordinada diretamente ou indiretamente, ou em unidades de participação de fundos cujo regulamento de gestão não proíba o investimento nos ativos atrás referidos.

O Fundo pode investir, num máximo de 10% do seu VLGF, em Unidades de Participação de fundos de investimento cuja política de investimento seja compatível com a do Fundo, conforme descrita anteriormente.

Por princípio o Fundo não utiliza instrumentos e produtos financeiros derivados para cobrir riscos de variação do preço dos ativos em carteira ou riscos de variabilidade dos rendimentos. No entanto, o Fundo pode efetuar a cobertura dos riscos mencionados, sempre que a gestão antecipe alterações das condições do mercado. O Fundo pode realizar, para fins de cobertura de risco, operações de permuta de taxas de juro (swaps), celebrar acordos de taxas de juro e poderá utilizar “credit default swaps”.

O Fundo pode igualmente investir até 10% do seu património em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário não admitidos à cotação.



O Fundo investe o seu património em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário admitidos à cotação ou negociados em Bolsas de valores e mercados regulamentados de um Estado Membro da União Europeia. Os valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário podem ser transacionados em mercados não regulamentados, que utilizando sistemas de liquidação internacionalmente reconhecidos pelos mercados financeiros (p.ex. Clearstream, Euroclear), assegurem liquidez e garantam a correta e adequada avaliação dos títulos transacionados.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

## BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas numa ótica de continuidade e estão apresentadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano Contabilístico dos Organismos de Investimento Coletivo, emitido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei nº 124/2015 de 7 de julho.

### Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

#### a) Especialização de Exercícios

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com a especialização do exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento e pagamento.

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos.

#### b) Unidades de participação

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do Fundo, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

Na determinação da composição da carteira são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas até esse momento.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de resgate se refere. O pedido de resgate é realizado a preço desconhecido.

#### c) Títulos



No que diz respeito ao critério valorimétrico dos títulos, os mesmos são valorizados de acordo com as regras estabelecidas no Prospeto do Fundo, as quais são descritas na Nota 4 do presente anexo. O critério valorimétrico para a saída de títulos de carteira utilizado foi o método de custeio FIFO.

d) Comissão de gestão

A comissão de gestão constitui um encargo do Fundo, a título de remuneração dos serviços de gestão de seu património que lhe são prestados pela Sociedade Gestora, sendo registada na rubrica de “Comissões”.

A partir de 1 de abril de 2018, o Fundo alterou a estrutura de comissões. Assim, o Fundo paga à entidade responsável pela gestão uma comissão variável anual, calculada diariamente, sobre o valor do património líquido do Fundo (excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade responsável pela gestão ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo), sendo liquidada anualmente, no final do ano a que se refere. A partir de 1 de janeiro de 2019, passou a incidir sobre esta comissão Imposto de Selo à taxa legalmente em vigor.

Esta comissão variável só será devida caso a rentabilidade anual, líquida de taxas, impostos e da comissão fixa de depósito do Fundo, seja superior a 0,05%. A comissão de gestão variável corresponderá a 80% da “rentabilidade adicional”, com um máximo de 0,275%/ano. Entendendo-se por “rentabilidade adicional” o diferencial entre a rentabilidade anual líquida de taxas, impostos e de comissões fixas de depósito do Fundo e 0,05%.

e) Comissão de depositário

Esta comissão destina-se a fazer face às despesas do banco depositário relativas aos serviços prestados ao Fundo.

O Fundo paga ao depositário uma comissão nominal fixa anual de 0,025%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo (excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo) antes de comissões e taxa de supervisão, sendo liquidada mensal e postecipadamente. A partir de 1 de janeiro de 2019, passou a incidir sobre esta comissão Imposto de Selo à taxa legalmente em vigor.

f) Outros encargos

Para além dos encargos de gestão e de depósito, o Fundo suporta os encargos decorrentes das transações de valores efetuadas por sua conta, no quadro da política de investimentos estabelecida no Prospeto, designadamente: taxas de corretagem, de realização de operações de Bolsa ou fora de Bolsa, encargos fiscais, bem como os custos de auditoria obrigatórios.

O Fundo incorpora ainda custos de research, orçamentados para o ano de 2021 pelo valor máximo de 0,004%/ano sobre o VLGF, enquanto instrumento indispensável à análise desenvolvida internamente, no sentido de permitir o robustecimento da proposta de valor da sociedade gestora, assente na necessidade de recurso a apoio especializado externo, dada a abrangência global e multiplicidade de classes de ativos a considerar nas estratégias de investimento. O montante dos custos a afetar ao Fundo decorre da “Metodologia de imputação de custos com estudos de investimento”, constante da Política interna da sociedade gestora, que define que os mesmos são refletidos diariamente, nas diferentes carteiras, pela parte proporcional (método pro rata) do valor médio das mesmas.

Adicionalmente, o Fundo paga à CMVM uma taxa mensal, liquidada mensal e postecipadamente. Esta taxa é calculada sobre o património líquido do Fundo, correspondente ao último dia do mês.

g) Política de rendimentos

O Fundo não distribuirá rendimentos, sendo os mesmos capitalizados na totalidade.

h) Regime fiscal





O Decreto-Lei n.º 7/2015 entrou em vigor no dia 1 de julho de 2015, tendo estabelecido que o Fundo passou a ser tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual.

O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no nº2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo encontra-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC.

O Fundo encontra-se igualmente sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC. (e.g. declaração Modelo 22 do IRC, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

## OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 6/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

### 1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, desmaterializadas, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante primeiro semestre de 2021 foi o seguinte:

	31-12-2020	Subscrições	Resgates	Outros	Res. líq. do exerc.	30-06-2021
Valor base	590.813.264	17.604.882	-112.252.322	-	-	496.165.824
Diferença p/ Valor Base	24.220.807	1.147.054	-7.313.149	-	-	18.054.711
Resultados transitados	14.120.797	-	-	66.958	-	14.187.755
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	66.958	-	-	-66.958	186.319	186.319
	<u>629.221.826</u>	<u>18.751.936</u>	<u>-119.565.471</u>	<u>-</u>	<u>186.319</u>	<u>528.594.609</u>
Nº de unidades de participação	<u>118.162.653</u>	<u>3.520.976</u>	<u>-22.450.464</u>			<u>99.233.165</u>
Valor da unidade de participação	<u>5,3250</u>	<u>5,3258</u>	<u>5,3257</u>			<u>5,3268</u>



O valor líquido global do Fundo, em termos globais e unitários, assim como o número de unidades de participação em circulação apresentaram a seguinte evolução:

Ano	Mês	VLGF	Valor da UP	N.º UP's em Circulação
2021	Jan	614.983.681	5,3253	115.483.736
	Fev	599.242.486	5,3243	112.548.203
	Mar	568.061.634	5,3251	106.675.315
	Abr	554.766.738	5,3261	104.160.009
	Mai	536.237.267	5,3262	100.678.446
	Jun	528.594.609	5,3268	99.233.165

### 3. INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

A 30 de junho de 2021, a carteira do Fundo decompõe-se conforme se apresenta no Anexo I.

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante o primeiro semestre de 2021 foi o seguinte:

	31-12-2020	Aumentos	Reduções	30-06-2021
Depósitos à ordem	71.665.616			22.344.731
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	2.500.000	-	2.500.000
	<u>71.665.616</u>	<u>2.500.000</u>	<u>-</u>	<u>24.844.731</u>

Em 30 de junho de 2021 e 2020, os depósitos à ordem (todos expressos em euros) encontram-se domiciliados nas seguintes instituições financeiras:

	30-06-2021	30-06-2020
Caixa Geral de Depósitos	20.978.233	61.757.396
Banco Santander Totta	823.380	49.388.590
Millennium BCP	42.154	42.467
Bankinter	14.985	15.204
Caixa Bank	9.426	9.426
Banco BIC	8.994	9.305
Banco Bilbao Vizcaya	457.707	6.815
BPI	4.923	6.324
Novo Banco Madrid	1.520	1.520
Novo Banco	1.826	957
Montepio Geral	1.583	651
	<u>22.344.731</u>	<u>111.238.655</u>



#### 4. CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

##### 4.1 Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do Fundo, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

Na determinação da composição da carteira, são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas, até esse momento.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de resgate se refere. O pedido de resgate é realizado a preço desconhecido.

##### 4.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da unidade de participação

A valorização dos ativos integrantes do património do Fundo e o cálculo do valor da unidade de participação são efetuados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, observando-se o seguinte:

- a) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado são valorizados ao último preço verificado no momento de referência, difundido através da Bloomberg ou da Reuters.
- b) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mais do que um mercado regulamentado são valorizados aos preços praticados no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.
- c) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a valores não negociados em mercado regulamentado, para efeitos de valorimetria.
- d) Os valores mobiliários não negociados em mercado regulamentado são valorizados ao valor médio das ofertas de compra e de venda firmes, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado: (i) valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, ou (ii) o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i). Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, e cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.



- e) As unidades de participação, quando não for possível aplicar as alíneas a) e b), são avaliadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade responsável pela gestão;
- a. desde que a data de divulgação do mesmo não diste mais de 3 meses da data de referência; ou
  - b. desde que, distando a data de divulgação do mesmo mais de 3 meses da data de referência, tal valor é o que reflete o justo valor atendendo às especificidades dos fundos de investimento mobiliário em que o Fundo invista.
- f) As posições cambiais são avaliadas em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência de valorização da carteira difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters, ou pelo Banco de Portugal.
- g) Os instrumentos financeiros derivados OTC são valorizados ao valor médio das ofertas de compra e de venda firmes, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado: (i) valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, ou (ii) o valor médio das ofertas de compra ou venda (consoante se trate respetivamente, de posições longas ou curtas) difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i). Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, e cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- h) Na impossibilidade da aplicação das alíneas d) ou g), a entidade responsável pela gestão recorre à aplicação de modelos teóricos que considere mais apropriados atendendo às características do ativo, sem prejuízo dos casos particulares abaixo indicados:
- a. Tratando-se de instrumentos financeiros em processo de admissão a um mercado regulamentado, pode a entidade responsável pela gestão adotar critérios que tenham por base a avaliação de instrumentos financeiros da mesma espécie emitidos pela mesma entidade e que se encontrem admitidos à negociação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões;
  - b. Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:
    - i. os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
    - ii. a detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
    - iii. se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.
  - c. Tratando-se de contratos forwards cambiais, serão considerados para o apuramento do seu valor, a respetiva taxa de câmbio spot, as taxas de juro a prazo das respetivas moedas e o prazo remanescente do contrato.

## 9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO



Os impostos suportados pelo Fundo durante os primeiros semestres de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	30-06-2021	30-06-2020
Impostos indiretos		
Pagos em Portugal		
Imposto do selo	156.071	202.912
	<u>156.071</u>	<u>202.912</u>

## 12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

A 30 de junho de 2021 e de 2020, o total de ativos de taxa de juro fixa detidos diretamente pelo Fundo, bem como os de instrumentos financeiros derivados sobre operações de taxa de juro, decompõem-se pelos seguintes prazos residuais até à maturidade:

30-06-2021					
Maturidades	Montante em Carteira (€)	Extrapatrimoniais			Saldo
		Swaps	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	76.347.760	-	-	-	76.347.760
de 1 a 3 anos	143.981.593	-	-	-	143.981.593
de 3 a 5 anos	88.314.580	-	-11.133.620	-	77.180.960
	<u>308.643.933</u>	<u>-</u>	<u>-11.133.620</u>	<u>-</u>	<u>297.510.313</u>

30-06-2020					
Maturidades	Montante em Carteira (€)	Extrapatrimoniais			Saldo
		Swaps	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	35.242.690	-	-	-	35.242.690
de 1 a 3 anos	202.933.901	-	-	-	202.933.901
de 3 a 5 anos	69.699.684	-	-26.843.110	-	42.856.574
	<u>307.876.275</u>	<u>-</u>	<u>-26.843.110</u>	<u>-</u>	<u>281.033.165</u>

## 15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 apresentavam o seguinte detalhe:



## CAIXA DISPONÍVEL

	30-06-2021		30-06-2020	
	Valor	% VLGF *	Valor	% VLGF *
Comissão de Gestão	-	-	-	-
Comissão de Depósito	74.165	0,0129%	104.631	0,0130%
Taxa de Supervisão	40.824	0,0071%	57.228	0,0071%
Taxa de Majoração	3.119	0,0005%	3.690	0,0005%
Custos de Auditoria	2.460	0,0004%	2.460	0,0003%
Custos Research	3.843	0,0007%	9.900	0,0012%
	<u>124.411</u>		<u>177.909</u>	
Valor Médio Global do Fundo	<u>575.225.079</u>		<u>807.065.664</u>	
Taxa Encar. Correntes (TEC)	<u>0,0216%</u>		<u>0,0220%</u>	

\* Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência.

A 1 de abril de 2018, o Fundo alterou a estrutura de comissões, passando a pagar à entidade responsável pela gestão apenas uma comissão variável, à qual passou a ser acrescido Imposto do selo à taxa de 4%, a partir de 1 de janeiro de 2019. Desta forma, no primeiro semestre de 2021, o Fundo suportou custos relativos a comissão variável e respetivo imposto do selo, no valor de 286.640 euros e 11.466 euros e no primeiro semestre de 2020 de 4.362 euros e 174 euros.

## 17. OUTROS

### Terceiros - Ativo

Em 30 de junho de 2021 e 2020 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Terceiros - Ativo		
Devedores		
Operações em futuros		
Margem	899.398	836.992
	<u>899.398</u>	<u>836.992</u>

### Terceiros - Passivo

Em 30 de junho 2021 e 2020 estas rubricas têm a seguinte composição:



## CAIXA DISPONÍVEL

	30-06-2021	30-06-2020
<b>Terceiros - Passivo</b>		
Comissões a pagar		
Entidade Gestora	234.330	-
Entidade Depositária	11.392	16.277
Autoridade de Supervisão	20.460	27.029
	<u>266.182</u>	<u>43.306</u>
Outras Contas de Credores		
Estado e Outros Entes Públicos		
Imposto do selo	67.491	95.496
Outros Valores a Pagar		
Auditoria	2.460	2.460
Custos Research	14.034	9.900
	<u>83.985</u>	<u>107.856</u>
	<u>350.167</u>	<u>151.162</u>

Acréscimos e diferimentos - Ativo

Em 30 de junho de 2021 e 2020 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
<b>Acréscimos e Diferimentos - Ativo</b>		
Acréscimos de Proveitos		
De disponibilidades		
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	2.428
Da carteira de títulos		
Obrigações diversas	1.154.024	1.082.408
Papel comercial	67.378	59.747
Títulos de dívida pública	2.809	6.141
Outros fundos públicos equiparados	153	905
	<u>1.224.364</u>	<u>1.151.629</u>
Outros acréscimos e diferimentos		
Ajustamentos de margem	-	15.920
	-	15.920
	<u>1.224.364</u>	<u>1.167.549</u>

Acréscimos e diferimentos - Passivo

Em 30 de junho de 2021 e 2020 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Acréscimos e Diferimentos - passivo		
Outros acréscimos e diferimentos		
Ajustamentos de margem	12.450	-
	<u>12.450</u>	<u>-</u>

**18. EVENTOS CONTINGENTES – COVID 19**

Na sequência do surto pandémico Covid-19, o Conselho de Administração da sociedade gestora do Fundo tomou medidas de minimização dos riscos resultantes do desenvolvimento da pandemia e ativou o plano de contingência, passando a atividade a ser desenvolvida no edifício sede e em regime de teletrabalho.

Apesar da pandemia, a conjuntura de retoma económica e os avanços na vacinação em vários países, contribuíram para que a generalidade dos mercados acionistas registasse ganhos no 1º semestre de 2021, com vários a atingirem novos máximos históricos.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica mundial e os seus efeitos nos mercados de capitais, considerando que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.



**ANEXO I**Inventário da carteira de títulos

	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
<b>1 - VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<b>1.1 - Mercado de Bolsa Nacional</b>						
<b>1.1.3 - Obrigações diversas</b>						
TAGST 09-ENGY A1/25	1.244.174	21.806	-	1.265.979	814	1.266.794
VERSE 5 SEN 02/2022	1.294.875	-	-2.704	1.292.170	578	1.292.748
Subtotal:	2.539.048	21.806	-2.704	2.558.150	1.392	2.559.542
<b>1.3 - Mercado de Bolsa de Estados Membros UE</b>						
<b>1.3.1 - Títulos de Dívida Pública</b>						
CCTS Float06/2022	4.968.200	55.150	-	5.023.350	64	5.023.414
CCTS Float07/2023	3.524.500	13.335	-	3.537.835	2.809	3.540.644
Subtotal:	8.492.700	68.485	-	8.561.185	2.873	8.564.058
<b>1.3.3 - Obrigações diversas</b>						
NOSPL 1.125% 05/23	2.992.770	56.460	-	3.049.230	5.548	3.054.778
CXGD 1.25% 11/24	2.901.280	94.275	-	2.995.555	21.651	3.017.206
MAHLGR 2.375% 05/22	3.064.770	-	-4.050	3.060.720	8.199	3.068.919
VW Float 07/21	5.000.000	250	-	5.000.250	-	5.000.250
VW 1.375% 01/25	5.241.150	-	-7.500	5.233.650	30.514	5.264.164
SAPGR 0.25% 03/2022	2.395.896	14.520	-	2.410.416	1.858	2.412.274
VW 0.5% 06/2022	1.645.199	17.259	-	1.662.458	249	1.662.706
MRKGR 0.005% 12/2023	3.213.792	4.608	-	3.218.400	87	3.218.487
EOANGR 0% 12/2023	2.536.052	29.223	-	2.565.275	-	2.565.275
PBBGR Float 07/28/23	9.617.515	-	-17.005	9.600.510	6.114	9.606.624
PBBGR 0.625% 02/2022	2.327.600	-	-16.974	2.310.626	5.041	2.315.667
BASGR 0.101% 06/2023	1.500.000	10.710	-	1.510.710	108	1.510.818
IFXGR 0.75% 06/2023	1.497.480	28.545	-	1.526.025	216	1.526.241
MEOGR 1,375% 10/2021	2.534.000	-	-23.400	2.510.600	23.168	2.533.768
DB 1% 11/2025	2.542.900	10.325	-	2.553.225	15.342	2.568.567
NRPBGR 0.1% 02/2026	1.100.000	-	-1.188	1.098.812	452	1.099.264
VW 0% 07/2024	2.595.320	3.250	-	2.598.570	-	2.598.570
MCFP 0.375% 05/22	2.994.060	22.380	-	3.016.440	1.110	3.017.550
BNP Float 06/24	2.017.573	11.227	-	2.028.800	277	2.029.077
GFCFP Float 06/22	4.000.000	13.680	-	4.013.680	-	4.013.680
ACAFP Float 03/23	2.006.600	9.420	-	2.016.020	77	2.016.097
SANFP 0.5% 03/23	2.495.075	38.975	-	2.534.050	3.493	2.537.543
CAFP Float 06/22	1.996.000	9.340	-	2.005.340	64	2.005.404
PSABFR 0.5% 04/2022	399.752	2.740	-	402.492	438	402.930
SOCGEN 0% 05/2022	2.494.150	16.975	-	2.511.125	-	2.511.125
BPCEGP Float 01/2023	2.003.660	7.000	-	2.010.660	-	2.010.660
CAFP Float09/2023	5.014.800	19.200	-	5.034.000	248	5.034.248
DSYFP 0% 09/2022	3.211.456	2.208	-	3.213.664	-	3.213.664
RENAUL 0.25% 03/23	797.456	7.248	-	804.704	630	805.334
EFFP 0% 05/23	2.701.890	14.580	-	2.716.470	-	2.716.470
BFCM 0.125% 02/2024	3.814.440	18.848	-	3.833.288	1.900	3.835.188
CAPFP 0.625% 06/2025	3.995.140	105.940	-	4.101.080	548	4.101.628
SWFP 0.5% 01/2024	799.224	14.296	-	813.520	1.808	815.328
ALDFP 0.375% 10/2023	999.550	10.270	-	1.009.820	2.620	1.012.440



CAIXA DISPONÍVEL

	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
BNFP 0% 12/2025	3.295.116	20.856	-	3.315.972	-	3.315.972
CAFP 0.107% 06/2025	1.100.000	2.332	-	1.102.332	55	1.102.387
CMCSA 1.875% 11/2023	1.055.120	-	-4.340	1.050.780	11.250	1.062.030
MRLSM 2.225% 04/23	2.124.950	-	-55.290	2.069.660	8.168	2.077.828
C 0.75% 10/23	1.529.100	105	-	1.529.205	7.644	1.536.849
CABKSM 1.125% 1/2023	8.425.570	-	-60.012	8.365.558	42.966	8.408.524
SABSM 0.875% 03/2023	4.162.254	-	-1.000	4.161.254	11.598	4.172.852
AMSSM Float 03/22	1.800.000	1.242	-	1.801.242	-	1.801.242
KUTXAB 0.5% 09/2024	695.947	14.644	-	710.591	2.675	713.266
SANSCF Float12/21	10.028.370	-	-8.570	10.019.800	226	10.020.026
SABSM 1.75% 06/2023	799.768	14.992	-	814.760	77	814.837
BNP 0% 09/2024	2.899.072	1.653	-	2.900.725	-	2.900.725
NDASS 0.3% 06/22	998.860	9.160	-	1.008.020	8	1.008.028
SWEDA 0.25% 11/22	3.018.235	9.845	-	3.028.080	4.849	3.032.929
VLVY 0.1% 05/2022	1.599.760	6.944	-	1.606.704	167	1.606.871
VLVY 0% 02/2023	1.500.945	6.420	-	1.507.365	-	1.507.365
VLVY 0,125% 09/2024	597.948	6.804	-	604.752	590	605.342
ISPIM Float 04/22	5.418.666	11.402	-	5.430.068	4.518	5.434.586
SRGIM Float 08/24	4.474.575	53.595	-	4.528.170	-	4.528.170
ACEIM Float06223	1.898.472	8.881	-	1.907.353	-	1.907.353
FCABNK 0.625% 11/22	598.284	7.962	-	606.246	2.250	608.496
ISPIM 1% 07/2024	898.695	28.332	-	927.027	8.926	935.953
AZMIM 1.625% 12/2024	3.993.520	172.160	-	4.165.680	35.795	4.201.475
FCABNK 0.25% 02/2023	1.997.660	14.340	-	2.012.000	1.685	2.013.685
ISPIM Float03/2023	2.994.900	11.280	-	3.006.180	871	3.007.051
ISPIM 0.625% 02/2026	1.495.890	3.435	-	1.499.325	3.262	1.502.587
FCABNK 0.5% 09/2023	3.031.140	1.980	-	3.033.120	11.753	3.044.873
PG 2% 11/21	3.906.590	-	-73.302	3.833.288	49.556	3.882.844
XYL 2.25% 03/23	3.146.370	-	-38.070	3.108.300	20.712	3.129.012
C 1.375% 10/2021	5.198.240	-	-167.990	5.030.250	46.524	5.076.774
GS Float09/22	3.013.170	-	-10.140	3.003.030	154	3.003.184
PCLN 0.8% 03/22	4.759.713	24.155	-	4.783.868	11.764	4.795.632
GE 0.375% 05/22	1.501.800	5.880	-	1.507.680	693	1.508.373
C Float 03/23	3.002.850	17.040	-	3.019.890	-	3.019.890
PG 0.625% 10/2024	4.617.765	-	-37.825	4.579.940	18.592	4.598.532
T Float 09/23	4.061.800	-	-9.840	4.051.960	921	4.052.881
EMR 0.375% 05/2024	1.998.620	30.140	-	2.028.760	822	2.029.582
JEF 1% 07/2024	3.088.260	-	-3.810	3.084.450	28.521	3.112.971
HOG 0.9% 11/19/24	999.270	23.610	-	1.022.880	5.523	1.028.403
FIS 0.125% 12/2022	2.498.085	14.615	-	2.512.700	1.798	2.514.498
GS Float04/2023	4.000.000	9.040	-	4.009.040	103	4.009.143
F 1.744% 07/2024	1.700.000	28.203	-	1.728.203	28.186	1.756.389
MCD 2.375% 11/2024	2.216.140	-	-43.820	2.172.320	28.110	2.200.430
HON 0% 03/2024	1.097.316	8.162	-	1.105.478	-	1.105.478
BRK 0% 03/2025	3.793.730	18.202	-	3.811.932	-	3.811.932
UBS 0.125% 11/2021	1.991.620	11.840	-	2.003.460	1.630	2.005.090
EDPPL 2.375% 03/23	2.232.889	-	-58.234	2.174.655	13.528	2.188.183
DAIGR Float 05/22	3.963.608	49.632	-	4.013.240	-	4.013.240
NIBCAP 1.5% 01/22	5.610.498	-	-127.884	5.482.614	33.665	5.516.278
DAIGR Float 01/23	3.002.518	13.502	-	3.016.020	-	3.016.020
BNG 0.25% 02/23	2.012.000	13.520	-	2.025.520	1.767	2.027.287
EDPPL 1.875% 09/2023	2.020.840	-	-31.768	1.989.072	26.841	2.015.913
BAYNGR Float 06/22	2.200.000	7.678	-	2.207.678	2	2.207.680
INTNED Float 09/23	2.434.817	3.343	-	2.438.160	205	2.438.365
BMW 0.625% 10/2023	6.131.490	-	-9.330	6.122.160	27.534	6.149.694
ANNGR Float12/2022	2.002.580	7.180	-	2.009.760	-	2.009.760
ANNGR 0.125% 04/2023	1.498.230	9.585	-	1.507.815	442	1.508.257
ENELIM 0% 06/2024	3.171.936	49.728	-	3.221.664	-	3.221.664
DLR 0.125% 10/2022	1.198.920	6.108	-	1.205.028	1.064	1.206.092
NIBCAP 4% 02/2023	6.090.700	-	-232.650	5.858.050	74.740	5.932.790
REPSM 0.125% 10/2024	2.992.590	27.840	-	3.020.430	2.764	3.023.194
DANBNK 1,375% 05/23	4.104.760	-	-53.120	4.051.640	5.726	4.057.366
JYBC 0.375% 10/2025	1.997.000	24.620	-	2.021.620	5.322	2.026.942



CAIXA DISPONÍVEL

	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
MINGNO 0.5% 03/22	6.986.560	58.030	-	7.044.590	10.932	7.055.522
MINGNO 0.75% 03/23	1.998.240	42.960	-	2.041.200	14.918	2.056.118
NDASS 0.25% 02/23	1.987.540	38.300	-	2.025.840	1.685	2.027.525
KBCBB Float 11/22	1.002.180	4.510	-	1.006.690	5	1.006.695
KBCBB 1.125% 01/2024	1.666.640	-	-12.640	1.654.000	7.742	1.661.742
CCBGBB 0.01% 10/2025	1.996.500	5.300	-	2.001.800	142	2.001.942
RBIAS 0.25% 01/2025	5.667.282	94.107	-	5.761.389	6.247	5.767.636
CCE 0% 09/2025	2.549.898	2.091	-	2.551.989	-	2.551.989
GLENLN 1.625% 01/22	4.095.895	-	-72.935	4.022.960	29.205	4.052.165
GLENLN 1.875% 09/23	733.600	-	-7.770	725.830	10.464	736.294
NDB 0.25% 08/21	1.998.480	3.640	-	2.002.120	4.274	2.006.394
DHR Float 06/22	4.976.750	38.850	-	5.015.600	-	5.015.600
MDT 0.375% 03/2023	3.090.204	46.221	-	3.136.425	3.695	3.140.120
BANQUE Float 02/23	2.211.136	-	-466	2.210.670	534	2.211.204
SUMIBK Float 06/22	6.000.000	25.860	-	6.025.860	-	6.025.860
MIZUHO Float 04/23	2.000.000	14.340	-	2.014.340	-	2.014.340
MUFG 0.98% 10/2023	700.000	19.040	-	719.040	4.981	724.021
MUFG 0.339% 07/2024	800.000	11.032	-	811.032	2.578	813.610
MIZUHO 0.214% 10/25	600.000	4.680	-	604.680	939	605.619
CEZCP 4.875% 04/2025	3.641.880	-	-86.940	3.554.940	30.452	3.585.392
ISLBN 1.125% 04/22	4.564.374	-	-20.769	4.543.605	11.096	4.554.701
Subtotal:	335.403.239	1.814.700	-1.298.633	335.919.306	868.188	336.787.495

## 1.5 - Mercados Bolsa de Estados Não Membro UE

### 1.5.3 - Obrigações diversas

GALPPL 1% 02/23	6.974.894	141.376	-	7.116.270	26.082	7.142.352
KHFC 0.1% 06/2024	2.499.125	28.125	-	2.527.250	89	2.527.339
HUWY 1.375% 10/2021	6.124.960	-	-93.460	6.031.500	54.925	6.086.425
HSBC Float 09/22	330.558	-	-63	330.495	4	330.499
RBS Float 09/21	3.494.715	12.180	-	3.506.895	106	3.507.001
LLOYDS 0.375% 01/25	1.798.578	27.324	-	1.825.902	2.848	1.828.750
GSK 0.125% 05/2023	2.197.888	21.208	-	2.219.096	377	2.219.473
VMUKLN 2.875% 06/25	3.015.370	209.000	-	3.224.370	1.650	3.226.020
BACR 1.5% 09/2023	4.344.480	11.004	-	4.355.484	51.953	4.407.437
BACR Float05/2026	1.977.632	9.633	-	1.987.265	1.265	1.988.529
SBAB 0.25% 09/2022	9.918.975	160.325	-	10.079.300	20.342	10.099.642
MS 1.75% 01/2025	3.727.955	-	-4.795	3.723.160	25.507	3.748.667
AMGN 1.25% 02/22	1.026.370	-	-19.520	1.006.850	4.315	1.011.165
VZ 0.875% 04/25	4.116.000	18.400	-	4.134.400	8.630	4.143.030
WFC Float 01/22	3.997.208	13.792	-	4.011.000	-	4.011.000
MS Float 11/22	1.900.000	4.294	-	1.904.294	461	1.904.755
TOYOTA 0% 07/21	4.990.500	11.550	-	5.002.050	-	5.002.050
F Float 12/21	3.816.255	7.024	-	3.823.279	-	3.823.279
FISV 0.375% 07/2023	1.195.728	15.852	-	1.211.580	4.500	1.216.080
BAC Float08/2025	3.053.100	-	-60	3.053.040	1.441	3.054.481
CS Float01/2026	5.064.600	-	-31.850	5.032.750	4.877	5.037.627
RELLN 0% 03/2024	795.064	8.384	-	803.448	-	803.448
MOWINO Float01/25	2.551.950	20.075	-	2.572.025	6.889	2.578.914
MOWINO Float06/23	1.029.500	-	-10.660	1.018.840	1.015	1.019.855
ABT 0.875% 09/2023	4.129.370	-	-28.050	4.101.320	26.562	4.127.882
NOVNVX 0.5% 08/2023	7.474.125	148.050	-	7.622.175	32.979	7.655.154
MDT 0% 10/2025	2.235.195	20.948	-	2.256.143	-	2.256.143
NESNVX 0% 12/2025	2.640.274	-	-24.570	2.615.704	-	2.615.704
TACHEM Float 11/22	5.448.130	21.422	-	5.469.552	3.370	5.472.922
ANZNS 0.4% 03/22	3.245.840	23.335	-	3.269.175	4.345	3.273.520
BCHINA 0% 04/2024	749.595	1.695	-	751.290	-	751.290
Subtotal:	105.863.933	934.995	-213.028	106.585.901	284.532	106.870.433



CAIXA DISPONÍVEL

	<u>Preço de aquisição</u>	<u>Mais valias</u>	<u>menos valias</u>	<u>Valor da carteira</u>	<u>Juros corridos</u>	<u>Total</u>
<b>2 - OUTROS VALORES</b>						
<b>2.3 - Outros Instrumentos de Dívida</b>						
<b>2.3.2 - Papel Comercial</b>						
P.C.SONAE 1018ª EM.	5.850.000	-	-	5.850.000	-	5.850.000
P.C.GLINTT 29ªEM.	2.400.000	-	-	2.400.000	14.933	2.414.933
P.C.GLINTT 31ªEM.	3.650.000	-	-	3.650.000	14.478	3.664.478
P.C.EDA 9ª EM.	1.600.000	-	-	1.600.000	-	1.600.000
P.C.BRISA BCR 4ªEM.	2.300.000	-	-	2.300.000	-	2.300.000
P.C.BRISA 2ªEM.	3.600.000	-	-	3.600.000	-	3.600.000
P.C.UNILEVER 85ª EM.	3.700.000	-	-	3.700.000	-	3.700.000
P.C.VISABEIRA 45ªEM	3.700.000	-	-	3.700.000	24.605	3.724.605
P.C.VISABEIRA 48ª EM	2.750.000	-	-	2.750.000	3.972	2.753.972
P.C.EEM 7ª EM.	1.800.000	-	-	1.800.000	-	1.800.000
P.C. RA AÇORES 6ªEM.	2.800.000	-	-	2.800.000	-	2.800.000
P.C. RA AÇORES 7ªEM.	2.650.000	-	-	2.650.000	-	2.650.000
ECP ACCIONA 184D	3.698.488	-	-	3.698.488	888	3.699.375
ECP CUF 185D	3.187.882	-	-	3.187.882	7.009	3.194.891
ECP JMS 16/06 273D	1.787.964	-	-	1.787.964	661	1.788.626
ECP JMS 16/06 183D	2.889.858	-	-	2.889.858	831	2.890.689
Subtotal:	<u>48.364.192</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.364.192</u>	<u>67.378</u>	<u>48.431.570</u>
<b>Total</b>	<u><b>500.663.112</b></u>	<u><b>2.839.986</b></u>	<u><b>-1.514.365</b></u>	<u><b>501.988.733</b></u>	<u><b>1.224.364</b></u>	<u><b>503.213.097</b></u>



CAIXA DISPONÍVEL

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Caixa Disponível - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** (adiante também designado simplesmente por Fundo), gerido pela Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (adiante também designada simplesmente por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2021 (que evidencia um total de 528 957 226 euros e um total de capital do Fundo de 528 594 609 euros, incluindo um resultado líquido de 186 319 euros), a demonstração de resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Caixa Disponível - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto em 30 de junho de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
<b>1. Valorização dos ativos mobiliários</b>	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 95% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período. Assim, a verificação das cotações constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 das Divulgações às demonstrações financeiras.</p>	<p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira. Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira e do cálculo das respetivas mais e menos-valias potenciais, com base nas cotações.</p>
<b>2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares</b>	
<p>A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Regulamento de Gestão do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.</p>	<p>Analisámos os procedimentos e ferramentas de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo. Recalculámos os limites legais e regulamentares e verificámos o impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação/ autorização da CMVM em caso de incumprimento.</p>

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa

razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência



e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um primeiro mandato compreendido entre 2017 e 2020 e para um segundo mandato compreendido entre 2021 e 2024;
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 27 de agosto de 2021;
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) Informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

### **Sobre as matérias previstas no nº 8 do artigo 161º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo**

Nos termos do nº 8 do artigo 161º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) O controlo das operações com as entidades referidas no nº 1 do artigo 147º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no nº 7 do artigo 161º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de agosto de 2021



Ana Gabriela Barata de Almeida, em representação de  
BDO & Associados - SROC  
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)